



MR 034. Religião, política e direitos humanos: reflexões sobre reprodução e sexualidades diante do avanço conservador

Coordenador(es):

Naara Lúcia de Albuquerque Luna (DCS e PPGCS/UFRRJ)

Participantes:

Marcelo Tavares Nactivity (Universidade Federal do Ceará)

Naara Lúcia de Albuquerque Luna (DCS e PPGCS/UFRRJ)

Jacqueline Moraes Teixeira (USP)

Debatedor/a:

Rozeli Maria Porto (UFRN)

A cena pública atual tem sido marcada por disposições conservadoras, as quais têm colocado em risco alguns avanços no campo dos direitos humanos. As desigualdades se acentuam e uma tendência regressiva põe em xeque os direitos conquistados. Essas disposições se refletem em discursos em torno dos efeitos políticos que se forjam no debate sobre a autonomia reprodutiva das mulheres, bem como sobre os direitos da população LGBTQI+, e se articulam mediante o crescimento de uma onda conservadora com destaque a impositivos morais e religiosos. Tais enquadramentos colocam novos desafios aos direitos humanos em face da necessidade de reflexão sobre as disputas pela definição de categorias como “democracia”, “cidadania”, “laicidade”, “políticas públicas”, dentre outras, enquanto evidencia-se o crescimento das vulnerabilidades e precariedades que afetam populações historicamente alocadas nas margens do reconhecimento, insufladas por pânico morais e movimentos nacionais como é o caso do, “Escola sem partido”, ou mesmo, na circulação de movimentos transnacionais, como o “Não à ideologia de gênero”, dentre outros. A mesa pretende discutir o tema considerando a restrição dos direitos sexuais e reprodutivos, a fim de problematizar as articulações entre diferentes moralidades, discursos religiosos, relações e/ou conflitos entre movimentos sociais, Estado, grupos conservadores emergentes, evidenciando fluxos de poder, influências políticas, morais ou religiosas, bem como ações de resistência.

As audiências públicas sobre aborto no Senado (2015-2016): direitos humanos em debate

Autoria: Rozeli Maria Porto (UFRN)

Nos anos de 2015 e 2016, aconteceram 5 sessões na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal de uma audiência pública sobre aborto. Trata-se de audiência pública para instruir a SUG nº 15, de 2014, que regula a interrupção voluntária da gravidez dentro das 12 primeiras semanas de gestação pelo SUS. As sessões dessa audiência pública foram objeto de comentários na Câmara dos Deputados por parte de parlamentares militantes antiaborto. Tenho observado que a combatividade da luta pela legalização do aborto se transferiu para o Supremo Tribunal Federal desde 2004 com as ações de inconstitucionalidade e de descumprimento de direito fundamental. Surge uma proposta de legalização que tem autoria de fora do legislativo por iniciativa popular, submetida ainda durante o primeiro mandato do governo de Dilma Rousseff (PT), quando a onda conservadora estava em ascensão.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: